

**O PAPEL DO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO EM  
ESTÁDIOS NA APLICAÇÃO DO ESTATUTO DO TORCEDOR  
THE ROLE OF THE SPECIALIZED POLICE BATTALION IN STADIUMS IN  
ENFORCEMENT OF THE FAN STATUTE**

---

**Cristiano Nascimento Luchessi Machado**

Graduando (a) do Curso de Direito do Centro Universitário São Jose.

**Sérgio Expedito Machado Mouta**

Titulação Acadêmica: Prof. Me. em Direito

## **RESUMO**

Esta pesquisa científica tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre a segurança em eventos esportivos, com foco na atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) do Rio de Janeiro. A pesquisa busca analisar a dinâmica interna da unidade, suas relações com a corporação da Polícia Militar e com o contexto social mais amplo, explorando questões como a violência nos estádios, a história da criação do BEPE, suas atribuições, estrutura organizacional e o perfil de seus integrantes. Através da análise de documentos, observação participante e entrevistas com policiais, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre o policiamento em eventos esportivos, abordando aspectos muitas vezes negligenciados em outros estudos. Em particular, a pesquisa busca identificar as especificidades da atuação do BEPE em comparação com outras unidades da Polícia Militar, contribuindo para o aprimoramento das práticas de segurança em eventos esportivos.

**Palavras-chave:** BEPE, Segurança, Estádios.

## **ABSTRACT**

This scientific research aims to deepen the understanding of security at sporting events, focusing on the work of the Specialized Stadium Policing Battalion (BEPE) in Rio de Janeiro. The research seeks to analyze the internal dynamics of the unit, its relations with the Military Police corporation and with the broader social context, exploring issues such as violence in stadiums, the history of the creation of BEPE, its responsibilities, organizational structure and the profile of its members. Through document analysis, participant observation and interviews with police officers, the research aims to contribute to the debate on policing at sporting events, addressing aspects often neglected in other studies. In particular, the research seeks to identify the specificities of BEPE's actions in comparison with other Military Police units, contributing to the improvement of security practices at sporting events.

**Keywords:** BEPE, Security, Stadiums.

## **INTRODUÇÃO:**

O esporte mais popular do Brasil, o futebol, serve como um espelho da sociedade, refletindo suas relações sociais, conflitos e valores. A violência presente no futebol é um reflexo da violência social mais ampla, demonstrando que as arenas esportivas não estão imunes aos problemas que acometem a sociedade como um todo.

Diante desse cenário, a Polícia Militar assume um papel fundamental na manutenção da ordem e segurança durante eventos esportivos, especialmente nos jogos de futebol. A criação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) demonstra a importância que o Estado atribui à segurança nesses eventos. O Estatuto do Torcedor, por sua vez, estabelece um marco legal para a atuação da polícia em eventos esportivos, definindo suas atribuições e responsabilidades.

A violência no esporte, especialmente no futebol, não é um fenômeno isolado, mas sim uma expressão da violência socialmente aceita. Teóricos como Elias e Dunning (1992), argumentam que o esporte pode ser um espaço de expressão de emoções e conflitos sociais, o que pode levar a manifestações de violência.

O futebol, como um fenômeno social complexo, exige uma abordagem multidisciplinar para compreender a violência presente nos estádios. A atuação da Polícia

Militar, a legislação específica e o contexto social mais amplo são elementos que devem ser considerados em qualquer análise sobre o tema. A busca por soluções para a violência no futebol passa pela compreensão de suas causas e pela implementação de políticas públicas eficazes que promovam a cultura de paz e o respeito às diferenças.

Este trabalho tem como objetivo principal compreender a identidade do BEPE, ou seja, como os policiais que o compõem se veem e como são vistos pela sociedade. A pesquisa se concentra em analisar as ações, ritos e práticas desses profissionais, especialmente no contexto das partidas de futebol, onde a violência e a paixão dos torcedores se manifestam de forma intensa.

Os objetivos específicos serão em aplicação a caracterizar a identidade profissional dos policiais do BEPE, incluindo valores, crenças e percepções sobre seu papel na sociedade, além de analisar a relação entre a atuação dos policiais do BEPE e a percepção de segurança da população, identificando os principais desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para superá-los.

O futebol é um fenômeno social de grande relevância no Brasil, mobilizando milhões de pessoas e gerando paixões intensas. No entanto, essa paixão muitas vezes se manifesta de forma violenta, especialmente entre as torcidas organizadas. As partidas de futebol se tornam, assim, um palco para a expressão de conflitos sociais mais amplos.

A compreensão da identidade e das práticas do BEPE é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para a segurança em eventos esportivos. Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre a relação entre polícia e sociedade, especialmente em contextos de alta tensão como as partidas de futebol.

Dessa forma, a pesquisa se concentra em analisar a identidade dos policiais que compõem o BEPE, suas relações com as torcidas organizadas e as diretrizes que norteiam suas ações. A pesquisa busca entender como se forma a identidade profissional desses policiais, quais os desafios enfrentados no policiamento de eventos esportivos e como se dão as relações entre a polícia e as torcidas organizadas.

Além disso, a pesquisa acompanha as transformações do BEPE desde sua criação como Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), analisando os impactos dessas mudanças na identidade da unidade e em sua atuação. O objetivo é contribuir para o conhecimento sobre a segurança pública em eventos esportivos,

oferecendo uma análise aprofundada da atuação do BEPE e dos desafios enfrentados por essa unidade especializada.

A complexa relação entre o futebol, a violência e a atuação da Polícia Militar, especificamente do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). A pesquisa busca compreender a identidade do BEPE, sua relação com as torcidas organizadas e a eficácia das suas estratégias de policiamento. Os policiais do BEPE tendem a apresentar uma identidade profissional marcada pela valorização da força, da autoridade e da lealdade à instituição, o que pode influenciar suas ações em situações de conflito com torcedores.

A identidade profissional dos policiais do BEPE é fortemente influenciada pelo contexto de violência nos estádios de futebol, levando à adoção de práticas de policiamento que podem reforçar a tensão entre a polícia e as torcidas organizadas. Dessa forma, as estratégias de policiamento utilizadas pelo BEPE, embora importantes para a manutenção da ordem, não têm sido eficazes em prevenir a violência nos estádios, especialmente a praticada por torcidas organizadas.

Diante da crescente complexidade dos eventos esportivos e da crescente violência associada a eles, especialmente no contexto do futebol, este estudo se propõe a investigar a efetividade das estratégias de policiamento adotadas pelo Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) na prevenção e no combate à violência em eventos esportivos no Rio de Janeiro.

Considerando as transformações sociais e as novas dinâmicas das torcidas organizadas, questiona-se se as práticas e os protocolos de segurança atualmente empregados pelo BEPE são suficientes para garantir a segurança dos torcedores, atletas e demais envolvidos nos eventos esportivos, bem como para manter a ordem pública. A pesquisa buscará identificar os principais desafios enfrentados pelo BEPE, analisar as lacunas existentes nas políticas de segurança e propor sugestões para aprimorar a atuação da unidade, visando a construção de um ambiente mais seguro e pacífico nos estádios.

. A presente pesquisa adotará uma abordagem metodológica mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos. A coleta de dados será realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas com policiais do

BEPE, torcedores organizados e especialistas em segurança pública, além de observação participante em eventos esportivos.

Os dados coletados serão analisados por meio de técnicas de análise de conteúdo para os dados qualitativos e estatística descritiva para os dados quantitativos. A triangulação dos dados permitirá uma compreensão mais aprofundada da temática e a identificação de padrões e tendências. A pesquisa busca identificar os principais desafios enfrentados pelo BEPE, analisar a efetividade das estratégias de policiamento adotadas e propor sugestões para aprimorar a segurança em eventos esportivos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A violência presente nos estádios é um sintoma de problemas mais amplos, como a desigualdade social, a exclusão e a fragilidade do tecido social. Ao analisar a violência no futebol, estamos, na verdade, investigando as raízes da violência na sociedade como um todo. A Polícia Militar, como instituição responsável pela manutenção da ordem pública, desempenha um papel crucial na gestão da segurança em eventos esportivos. A criação de unidades especializadas, como o BEPE, demonstra a importância atribuída a essa tarefa. No entanto, a atuação policial em contextos de alta tensão, como os jogos de futebol, exige uma análise cuidadosa dos desafios e limites enfrentados por esses profissionais.

Seus discursos, símbolos e práticas contribuem para a construção de identidades coletivas e para a exacerbação de rivalidades. As torcidas organizadas podem ser vistas como comunidades imaginadas, nas quais os membros se identificam com um grupo e com um conjunto de valores, muitas vezes em oposição a outros grupos. A violência, nesse contexto, pode ser entendida como uma forma de expressão de identidade e de afirmação de poder.

Para compreender a complexidade desse fenômeno, é necessário considerar uma variedade de fatores, como as características socioeconômicas dos torcedores, as

dinâmicas de poder dentro das torcidas organizadas, a influência dos meios de comunicação, a atuação das autoridades públicas e as condições dos estádios. A sociologia do esporte, a psicologia social e o direito são algumas das disciplinas que podem contribuir para a análise desse tema.

Busca-se analisar como os policiais que atuam no BEPE se percebem e são percebidos pela sociedade, quais são os desafios enfrentados por eles no dia a dia e como se dão as relações entre a polícia e as torcidas organizadas. A pesquisa também busca identificar as estratégias utilizadas pelo BEPE para lidar com a violência nos estádios e os impactos dessas estratégias na segurança pública. Os dados coletados serão analisados utilizando técnicas de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e categorias que permitam compreender a identidade do BEPE e suas relações com as torcidas organizadas.

Ao analisar a identidade do BEPE e suas práticas, a pesquisa busca identificar os desafios e as oportunidades para a melhoria da segurança em eventos esportivos. Além disso, os resultados da pesquisa podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes para o combate à violência no futebol. Dessa forma, analisando as interações entre os policiais do BEPE e as torcidas organizadas, é possível identificar os fatores que influenciam a construção de confiança ou desconfiança entre esses atores.

Ao analisar a identidade do BEPE e suas relações com as torcidas organizadas, a pesquisa contribui para o debate sobre a violência no futebol e para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A identidade profissional dos policiais que atuam no BEPE é moldada por diversos fatores, como a natureza do trabalho, as relações com os colegas, a interação com a comunidade e a percepção social sobre a polícia. A exposição a situações de risco, a necessidade de tomar decisões rápidas e a pressão por resultados podem influenciar a construção de uma identidade profissional marcada pela disciplina, lealdade e coragem. No entanto, esses mesmos fatores podem gerar estresse, burnout e desumanização, impactando a relação dos policiais com a comunidade e com os próprios colegas.

Compreender a identidade do BEPE e suas relações com as torcidas organizadas é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes para a segurança em eventos esportivos. Ao identificar os desafios enfrentados pelos

policiais, as percepções das torcidas organizadas e as dinâmicas de poder presentes nessas relações, é possível propor medidas que contribuam para a redução da violência e para a construção de um ambiente mais seguro nos estádios. Além disso, a pesquisa contribui para o debate sobre a relação entre polícia e sociedade, oferecendo insights sobre as percepções da população em relação à atuação policial e sobre as formas de construir uma relação mais próxima e colaborativa entre polícia e comunidade.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1. A violência e conflitos em eventos futebolísticos**

A violência no futebol é frequentemente associada à construção de identidades masculinas. A prática esportiva, especialmente em esportes de contato, é muitas vezes vista como uma forma de demonstrar força, virilidade e coragem. Nesse contexto, a violência pode ser entendida como uma estratégia para reafirmar a masculinidade e estabelecer hierarquias sociais. A torcida organizada, nesse sentido, pode ser vista como um espaço para a expressão de identidades masculinas, onde a violência serve como um mecanismo de inclusão e exclusão.

A paixão pelo futebol, capaz de unir pessoas de diferentes origens, também pode desencadear conflitos e atos de violência. A combinação de emoções intensas, rivalidades históricas e a presença de grandes grupos de torcedores em um mesmo espaço cria um ambiente propício para a ocorrência de confrontos.

O texto aprofunda a relação entre a violência e o futebol, especialmente no contexto brasileiro. Ele argumenta que a violência nos eventos esportivos não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das tensões e conflitos presentes na sociedade como um todo.

A pesquisa destaca o papel das torcidas organizadas na dinâmica da violência nos estádios. Essas torcidas são vistas como grupos sociais complexos, com suas

próprias hierarquias e códigos de conduta, que podem influenciar significativamente o comportamento dos seus membros.

O autor utiliza teorias sociológicas para analisar o fenômeno da violência no futebol. As ideias de Le Bon, Tarde e Elias são fundamentais para compreender a formação das multidões, o efeito mimético e a relação entre a violência e a sociedade.

A história da violência no futebol brasileiro é traçada desde as primeiras décadas do século XX, mostrando como o esporte, inicialmente elitizado, foi se popularizando e se tornando um palco para a expressão de conflitos sociais.

As torcidas organizadas são classificadas em diferentes tipos, com características e comportamentos distintos. O texto destaca a existência de torcidas mais violentas e outras com um perfil mais pacífico, como os "movimentos populares de torcedores".

A violência nos estádios é influenciada por diversos fatores, como a rivalidade entre as torcidas, a influência da mídia, as condições socioeconômicas dos torcedores e a atuação das autoridades.

O autor analisa a importância da identidade coletiva na formação das torcidas e como essa identidade pode influenciar o comportamento violento. A sensação de pertencer a um grupo e a necessidade de se conformar às normas do grupo podem levar os torcedores a praticar atos de violência.

A violência no futebol não se limita aos estádios, mas pode ocorrer em outros locais, como ruas, aeroportos e centros de treinamento. A legislação brasileira tem buscado coibir esses atos, mas ainda há desafios a serem superados.

O texto destaca a importância de uma abordagem multidisciplinar para compreender a complexidade do fenômeno da violência no futebol. É necessário considerar aspectos sociais, culturais, psicológicos e políticos para desenvolver políticas públicas eficazes.

A violência no futebol é um problema complexo que exige uma abordagem multidisciplinar. É necessário o envolvimento de diversos atores sociais para encontrar soluções duradouras e construir um ambiente mais seguro e pacífico nos estádios. A prevenção, a repressão e o diálogo são ferramentas essenciais para combater esse problema.



A polícia desempenha um papel crucial na prevenção e repressão da violência em eventos esportivos, especialmente no futebol. A sua atuação é fundamental para garantir a segurança dos torcedores, atletas e demais envolvidos, além de preservar o patrimônio público e privado. As forças policiais são responsáveis por diversas ações, como o planejamento e a execução de operações de segurança, a identificação e a prisão de infratores, e a manutenção da ordem pública dentro e nas proximidades dos estádios.

No entanto, o papel da polícia no combate à violência no futebol é complexo e controverso. Por um lado, a presença policial é essencial para coibir atos de vandalismo, agressões e outros crimes. Por outro lado, o uso excessivo da força policial pode gerar conflitos e aumentar a tensão entre torcedores e policiais. Além disso, a polícia muitas vezes é criticada por sua atuação repressiva, que pode não ser a mais eficaz para prevenir a violência a longo prazo. É fundamental que a atuação policial seja equilibrada, combinando a repressão com ações preventivas e o diálogo com as comunidades.

Em conclusão, o texto demonstra que a violência no futebol é um problema social complexo que exige uma análise aprofundada e a adoção de medidas integradas para combatê-la. A prevenção, a educação e a promoção do diálogo são fundamentais para construir um ambiente mais seguro e pacífico nos estádios.

## **2. O policiamento e a segurança**

O estudo da polícia, em particular de unidades especializadas como o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), é fundamental para compreendermos a dinâmica das relações entre o Estado, a sociedade e a segurança pública. Ao analisar o funcionamento e as práticas de instituições como o BEPE, podemos identificar tanto os avanços quanto os desafios na área da segurança pública, além de avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas.

A polícia desempenha um papel crucial na manutenção da ordem e na proteção dos cidadãos, mas também é uma instituição complexa e controversa. Suas ações podem ter um impacto significativo na vida das pessoas, tanto positiva quanto negativamente. O estudo da polícia permite que identifiquemos os fatores que influenciam o comportamento

policial, como a cultura organizacional, a formação profissional, as políticas públicas e o contexto social em que a polícia atua.

O BEPE, como unidade especializada, apresenta características particulares que o diferenciam de outras unidades policiais. Sua atuação em eventos esportivos, que reúnem grandes públicos e podem ser palco de conflitos e tensões, exige um conjunto específico de habilidades e conhecimentos. Analisar o trabalho do BEPE permite compreender as especificidades do policiamento em eventos esportivos e identificar as melhores práticas para garantir a segurança dos participantes e a fluidez dos eventos.

Assim, o estudo da polícia e de unidades especializadas como o BEPE é essencial para construirmos uma sociedade mais justa e segura. Ao compreendermos os desafios e as oportunidades presentes na área da segurança pública, podemos contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para a construção de instituições policiais mais transparentes e eficientes.

A polícia é uma instituição complexa com um papel fundamental na sociedade, mas sua definição e atuação variam significativamente entre diferentes contextos. Bayley define a polícia como um grupo autorizado a regular relações interpessoais e usar a força para fins coletivos, enquanto Costa destaca a variabilidade na percepção do uso da força ao longo do tempo e entre sociedades. Apesar de suas diferenças, as polícias modernas compartilham características como caráter público, especialização e profissionalismo.

A relação entre polícia e sociedade é complexa e moldada pelo contexto histórico, social e político de cada país. Costa argumenta que essa relação é definida pela forma como o Estado estabelece seu controle social e os mecanismos de controle da ação policial. Bretas, por sua vez, destaca a existência de uma "unidade corporativa" nas instituições policiais, que molda a visão dos policiais sobre a lei e a ordem, mas também reconhece a existência de diferentes modelos de policiamento e a influência de fatores culturais e sociais na atuação policial.

No Brasil, a Polícia Militar é uma instituição com grande visibilidade e impacto na vida da população. Diversos estudos analisam a PMERJ sob diferentes perspectivas, desde sua estrutura e história até sua relação com a comunidade e as práticas de policiamento. Esses estudos evidenciam a importância de considerar a diversidade de

atores e perspectivas dentro da instituição policial, além de analisar as interações entre a polícia e a sociedade em contextos específicos.

Ao analisar as práticas policiais, suas relações com a comunidade e os impactos de suas ações, os pesquisadores contribuem para a identificação de problemas, a proposição de soluções e a formulação de políticas públicas mais eficazes. Além disso, a pesquisa acadêmica pode auxiliar na promoção da transparência e da accountability das instituições policiais, incentivando a adoção de práticas mais éticas e humanizadas. Ao desvendar os mecanismos de poder e as dinâmicas sociais que moldam a atuação policial, os pesquisadores podem contribuir para a construção de um debate público mais informado e qualificado sobre a segurança pública.

A cultura organizacional da polícia militar molda profundamente a identidade de seus membros, influenciando a forma como eles percebem o mundo, interagem com a sociedade e executam suas tarefas. Estudos sobre a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) revelam um forte ethos corporativo que valoriza a disciplina, a hierarquia e a lealdade à instituição. Essa cultura, transmitida através de processos de socialização e reforçada por símbolos e ritos, contribui para a formação de uma identidade profissional distintiva, marcada por um senso de missão e pertencimento.

As práticas policiais são influenciadas por essa cultura organizacional e também por fatores externos, como o contexto social, político e histórico. Pesquisas sobre a PMERJ demonstram a existência de uma variedade de práticas, que vão desde abordagens mais violentas e discriminatórias até iniciativas de aproximação com a comunidade. Essa diversidade de práticas reflete a complexidade da instituição e a influência de diferentes fatores, como as políticas públicas, a formação dos policiais e as demandas da sociedade.

A relação entre a polícia e a sociedade é um tema central nas pesquisas sobre a PMERJ. Estudos mostram que a percepção pública da polícia é influenciada por diversos fatores, como as experiências individuais com a polícia, os relatos na mídia e as políticas públicas. A confiança da população na polícia é fundamental para a eficácia do trabalho policial e para a construção de uma sociedade mais segura. No entanto, a história de violência e abusos por parte da polícia, especialmente em comunidades marginalizadas, tem gerado desconfiança e hostilidade.

A pesquisa sobre a polícia militar é fundamental para compreendermos as dinâmicas do poder, as relações sociais e os desafios da construção de sociedades mais justas e seguras. Ao analisar a cultura organizacional, as práticas policiais e a relação entre a polícia e a sociedade, os pesquisadores podem contribuir para a identificação de problemas, a proposição de soluções e a formulação de políticas públicas mais eficazes. Além disso, a pesquisa acadêmica pode auxiliar na promoção da transparência e da accountability das instituições policiais, incentivando a adoção de práticas mais éticas e humanizadas.

A polícia militar desempenha um papel crucial na segurança de eventos esportivos no Brasil, especialmente em grandes jogos de futebol. A Lei do Torcedor atribui a essa força de segurança a responsabilidade de garantir a ordem e a segurança dentro e fora dos estádios. No entanto, a literatura nacional especializada nessa área ainda é relativamente restrita, com a maioria dos estudos sendo realizados por policiais militares e focando em grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

As pesquisas analisadas revelam uma variedade de crimes e contravenções mais comuns em dias de jogos, como furtos, roubos, rixas e vias de fato. Os autores dos estudos destacam a importância do planejamento e da coordenação das ações policiais para prevenir e combater esses delitos. Além disso, apontam a necessidade de ações mais amplas para reduzir a cultura da violência na sociedade, a fim de minimizar os problemas nos estádios.

O Estatuto do Torcedor é frequentemente citado como um instrumento importante para o policiamento de eventos esportivos. No entanto, os autores destacam a necessidade de uma interpretação e aplicação mais efetiva da lei, bem como a importância de considerar as especificidades de cada evento e a dinâmica das torcidas organizadas.

A subnotificação dos crimes e contravenções é um problema que pode distorcer a compreensão da violência nos eventos esportivos. A falta de registros oficiais e a resolução informal de muitos conflitos dificultam a avaliação da real dimensão do problema e a implementação de políticas públicas mais eficazes. Além disso, a relação entre a polícia e as torcidas organizadas é complexa e exige um diálogo contínuo para a construção de estratégias de segurança mais eficazes e humanizadas.

A história da segurança em eventos esportivos no Brasil se estende por décadas, com a polícia desempenhando um papel central desde o início do século XX. A criação do Estatuto do Torcedor em 2003 representou um marco importante na regulamentação da segurança nos estádios, estabelecendo normas e procedimentos para prevenir e combater a violência. No entanto, a pesquisa sobre o tema ainda é limitada, especialmente no que diz respeito à atuação de grupos especializados da polícia militar, como os batalhões de policiamento de eventos.

Os estudos analisados revelam que a violência nos eventos esportivos é um problema complexo, com diversas causas e consequências. A relação entre a polícia e as torcidas organizadas é um ponto central nas discussões, com os pesquisadores destacando a importância do diálogo e da cooperação entre as partes para a construção de um ambiente mais seguro. Além disso, a questão da segurança privada nos eventos esportivos e o papel do Estado na garantia da ordem pública são temas recorrentes nas pesquisas.

As pesquisas analisadas apontam para a necessidade de uma abordagem multifacetada para o combate à violência nos eventos esportivos. Isso inclui a criação de leis e normas mais eficazes, a capacitação dos profissionais da segurança pública, a promoção do diálogo entre as diferentes partes envolvidas e a adoção de tecnologias de segurança. Além disso, é fundamental que se invista em ações de prevenção e educação, visando a construção de uma cultura de paz e respeito no esporte.

### **3. Atribuições do BEPE e suas funções**

A história do GEPE/BEPE é marcada por uma baixa rotatividade em sua liderança. Ao longo de mais de duas décadas, a unidade contou com apenas dez comandantes, indicando uma tendência à estabilidade no comando. Essa longevidade dos comandantes permitiu um desenvolvimento mais consistente da unidade e uma maior identificação dos policiais com a liderança. No entanto, a falta de conhecimento sobre a história do GEPE antes de sua entrada na corporação é comum tanto entre os

comandantes quanto entre o efetivo, especialmente entre aqueles que não passaram pelo sexto batalhão.

A narrativa sobre a criação e evolução do GEPE/BEPE é construída de forma coletiva pelos policiais da unidade. Apesar de algumas divergências quanto ao ano exato de fundação, há um consenso geral sobre a importância do grupo e sua evolução ao longo dos anos. A maioria dos policiais destaca a necessidade de apoio de outras unidades, como o Batalhão de Choque, em situações de conflito, evidenciando a complexidade do trabalho de policiamento em eventos esportivos. A percepção comum é que o BEPE desempenha um papel fundamental na manutenção da ordem nos estádios, mas que ainda enfrenta desafios em relação à autonomia e aos recursos necessários para realizar suas atividades de forma plena.

O GEPE, precursor do atual BEPE, enfrentou um início marcado pela escassez de recursos humanos. Com um efetivo extremamente limitado, a unidade precisou se adaptar e buscar sua independência em relação ao Batalhão de Choque. Ao longo dos anos, o BEPE experimentou um crescimento considerável em seu efetivo, passando de poucos oficiais e praças para uma estrutura mais robusta. No entanto, mesmo com esse aumento, a unidade ainda opera com um número de policiais relativamente pequeno quando comparada a outras unidades da Polícia Militar.

A valorização do GEPE/BEPE entre seus integrantes é evidente, especialmente quando comparado a outros batalhões. Os policiais frequentemente estabelecem comparações com unidades consideradas de elite, como o BOPE, destacando a especialização e as atribuições únicas do BEPE. Essa comparação, embora comum, revela a percepção dos policiais de que o BEPE possui características distintivas que o diferenciam de outras unidades, mesmo daquelas consideradas de operações especiais.

[...] Acho que se você pegar cinco policiais, eu acho que a tropa mais especializada da corporação é o BOPE [Batalhão de Operações Especiais], mais respeitado... se você pegar dez policiais do BOPE e falar assim, 'ó, vocês dez vão lá em Madureira escoltar a torcida da Raça e traz pra cá'. Eles não vão querer ir. Porque são 5 mil torcedores, 7 mil torcedores. 'Vai lá em São Januário e pega a Força Jovem e traz a pé, e não pode ter problema, hein' [...]. Eles não vão. Eles vão temer. Mas por quê? [...] Porque o GEPE é especializado. Ele conhece o presidente da torcida. [...] chama os cabeças e fala assim, 'ó, você é o responsável por isso daí, hein?! Se a sua torcida der problema eu vou te responsabilizar'. Então, esse trabalho profissional que o GEPE tem [...], antes de cada grande jogo o GEPE marca uma reunião com os líderes de torcida [...] (entrevista realizada com ex-subcomandante).

A identidade visual do BEPE reflete suas atribuições e história. O brasão do batalhão, com sua tocha olímpica e a imagem do Maracanã, simboliza o foco em eventos esportivos e a ligação com o principal estádio do Rio de Janeiro. A coroa e as armas, elementos comuns nos brasões da Polícia Militar, representam a autoridade e a missão de proteger a sociedade. A escolha desses símbolos demonstra a identidade única do BEPE dentro da corporação, com um forte vínculo com o mundo esportivo.

A sede do BEPE passou por diversas mudanças ao longo dos anos, refletindo o crescimento e a consolidação da unidade. Inicialmente, o GEPE funcionava dentro do Batalhão de Choque, mas com o tempo conquistou sua independência e estabeleceu sua própria sede. O Maracanãzinho foi a primeira sede própria do GEPE, oferecendo maior autonomia e facilitando a logística das operações. No entanto, a falta de estrutura adequada e a necessidade de compartilhar espaço com outras atividades esportivas levaram à mudança para o Maracanã, onde a unidade permaneceu até o início das obras de reforma do estádio.

As condições de trabalho do BEPE, especialmente no que diz respeito à sede, foram desafiadoras ao longo dos anos. A falta de espaço adequado, a ausência de infraestrutura básica e a necessidade de compartilhar recursos com outras atividades esportivas dificultaram o trabalho dos policiais. Apesar dessas dificuldades, os profissionais do BEPE demonstraram grande dedicação e resiliência, adaptando-se às condições adversas e buscando sempre oferecer o melhor serviço à população. As mudanças na sede do BEPE refletem a evolução da unidade e a busca por melhores condições de trabalho para seus integrantes.

[...] com uma transição de ter que sair e não ter para onde ir... e aí eu comecei a buscar locais para instalar o GEPE, na época, e alguém me falou que poderia ser numa base onde era o GPFer, em Deodoro, e eu fui e fiz um contato com a SuperVia. Ela prontamente fez um documento de uso e cessão do espaço, para ela foi até bom, que tinha previsão da comunidade que tem ali, do Muquiço invadir o espaço, eles tinham esse medo de perder aquele terreno ali pra comunidade. Aí a gente fez um documento; a gente passou usar e eu transferi o GEPE, na época, do Maracanã para Deodoro onde é a sede atual. (entrevista realizada em meu trabalho de campo com o Comandante de 2011 a 2012).

A sede do BEPE apresenta condições estruturais limitadas, refletindo a necessidade de maior investimento em infraestrutura. Localizado em um terreno cedido

pela Supervia, o batalhão possui uma estrutura adaptada e com recursos limitados. A falta de espaço adequado, a ausência de equipamentos modernos e as condições precárias dos banheiros são evidentes. A comparação com outras unidades da Polícia Militar revela a necessidade de melhorias significativas nas instalações do BEPE.

A organização interna do BEPE reflete a sua história e as adaptações necessárias para atender às demandas da atividade policial em eventos esportivos. A divisão em setores como a Primeira Companhia, a P2 e a administração, demonstra a estrutura básica de um batalhão. No entanto, a falta de espaço físico adequado e a necessidade de compartilhar recursos com outras atividades, como a escolinha de futebol e as confraternizações, evidenciam a necessidade de uma reorganização dos espaços.

Apesar das limitações da sede, desempenha um papel fundamental na vida dos policiais. A presença de uma sala de instruções, uma academia e um campo de futebol demonstra o esforço da unidade em oferecer aos seus integrantes oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional. Além disso, as confraternizações e os momentos de lazer compartilhados no batalhão contribuem para fortalecer os laços entre os policiais e criar um ambiente de trabalho mais coeso e motivador. No entanto, a falta de investimentos em infraestrutura e a necessidade de adaptações constantes demonstram a importância de buscar melhorias nas condições de trabalho dos policiais do BEPE.

[...] o policiamento comunitário, é uma experiência legal, mas geralmente é visto como menor. A polícia gosta mesmo é do BOPE [Batalhão de Operações Especiais] [...], o resto é apêndice... infelizmente, enquanto essa mentalidade imbecil prevalecer, a gente vai continuar sendo isso aí que é. Por isso que a gente começou a pintar tudo de preto, o batalhão de choque pintou as viaturas de preto, o canil de preto, daqui a pouco vamos pintar os cachorros de preto também [...]. A polícia, em algum momento, passou a achar que só o BOPE [Batalhão de Operações Especiais] salva, virou uma religião, depois do filme do Padilha. [...] policiamentos que fogem um pouco desta estética do confronto [...] não têm prestígio. O que tem [é] você andar de preto com uma caveira no peito, o que está na moda hoje é a guerra! (entrevista realizada com ex-comandante Geral da PMERJ).

Em 10 de julho de 2019, a Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro oficializou, por meio do Diário Oficial, a aprovação do regimento interno do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE). Este documento detalha a



missão da unidade e as responsabilidades de cada setor. Quanto aos princípios que norteiam as ações do batalhão, o regimento estabelece que o BEPE tem como base.

[...] eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de prevenção da violência em praças desportivas; segurança nos deslocamentos dos torcedores partícipes; eficiência, eficácia e efetividade na garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares; E possui o seguinte objetivo: proporcionar melhoria nas condições do torcedor partícipe no que se refere ao acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo. (Diário oficial do Rio de Janeiro publicado no dia 10 de julho de 2019).

Além disso, é a unidade da Polícia Militar do Rio de Janeiro responsável pela segurança em eventos esportivos, principalmente jogos de futebol. Sua atuação é requisitada pelos organizadores dos eventos, como os clubes mandantes, e visa garantir a segurança de torcedores, atletas e árbitros, prevenindo e controlando atos de violência. O batalhão atua em jogos de diversos níveis, desde campeonatos estaduais até competições internacionais, e sua presença é fundamental para a realização de eventos esportivos de forma segura e tranquila.

A atuação do BEPE em eventos esportivos envolve um complexo planejamento e coordenação com diversos órgãos públicos e privados. Antes de cada jogo, são realizadas reuniões para a elaboração de um plano de segurança detalhado, que inclui a definição de estratégias de policiamento, a identificação de áreas de risco e a coordenação das ações de diferentes equipes. Além disso, o BEPE realiza vistorias nos estádios e emite laudos de segurança, garantindo que as condições do local sejam adequadas para a realização dos eventos. Essa atuação integrada visa garantir a segurança de todos os envolvidos e contribuir para o sucesso dos eventos esportivos.

Então, reuniões prévias são realizados [sic.], aonde são deliberadas as questões importantes com relação à segurança do evento. Por vezes a gente tem que interagir com o metrô, a SuperVia... solicitar que tenha um trem até mais tarde; para levar determinada torcida... ou mudar algum horário... Então assim, tudo que é relativo à segurança do evento o BEPE ele participar direta ou indiretamente. (entrevista realizada com o Comandante de 2015 a 2020).

O Batalhão desempenha um papel crucial na organização e execução da segurança em eventos esportivos, especialmente jogos de futebol, no Rio de Janeiro. A unidade trabalha em estreita colaboração com diversos órgãos públicos e privados, como a Guarda Municipal, o Corpo de Bombeiros e os clubes mandantes, para garantir a segurança de todos os envolvidos. Antes de cada jogo, são realizadas reuniões de

planejamento para definir as estratégias de segurança, alocação de recursos e coordenação das ações. O BEPE é responsável por diversas atividades, como o policiamento interno e externo dos estádios, a escolta de torcidas e o controle de áreas de acesso.

A estrutura organizacional do BEPE é dividida em seções que desempenham funções específicas. A P1 é responsável pelo controle pessoal, a P2 pela inteligência e monitoramento das torcidas organizadas, a P3 pelo planejamento das operações, a P4 pela logística e a P5 pelas relações públicas. Cada seção desempenha um papel fundamental no funcionamento do batalhão e na garantia da segurança dos eventos esportivos. A tropa do BEPE é responsável pela execução das ações de policiamento, sendo dividida em equipes que atuam tanto dentro quanto fora dos estádios.

A atuação do BEPE em eventos esportivos envolve uma série de desafios e complexidades. A necessidade de coordenar as ações de diversos órgãos, lidar com grandes públicos e prevenir a ocorrência de atos de violência exigem dos policiais do BEPE alta capacidade de planejamento, organização e adaptação. Além disso, a dinâmica do futebol, com rivalidades entre torcidas e a possibilidade de confrontos, torna o trabalho do BEPE ainda mais desafiador. No entanto, a experiência e a especialização dos policiais do BEPE, aliadas à sua dedicação e profissionalismo, garantem a segurança dos eventos esportivos e contribuem para a preservação da ordem pública.

O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) possui um ambiente de trabalho colaborativo e familiar. A pesquisa revelou que a maioria dos policiais permanece na unidade por longos períodos, o que contribui para a criação de fortes laços e um senso de comunidade. Os policiais valorizam a estabilidade, a possibilidade de conciliar vida pessoal e profissional e o ambiente mais tranquilo em comparação com outras unidades da Polícia Militar. A unidade oferece oportunidades de desenvolvimento profissional e promove a integração entre os seus membros através de diversas atividades.

O perfil dos policiais do BEPE é marcado pela busca por estabilidade, segurança e qualidade de vida. Muitos ingressaram na unidade por indicação ou por meio de processos seletivos específicos. A maioria dos policiais não possui uma forte vocação policial, mas valoriza a estabilidade e a possibilidade de conciliar a vida profissional com

a pessoal. A unidade oferece um ambiente de trabalho mais tranquilo e com menos riscos, o que atrai muitos policiais. Apesar das diferenças individuais, os policiais do BEPE compartilham um senso de pertencimento à unidade e valorizam a colaboração e o trabalho em equipe.

O BEPE enfrenta desafios na construção de sua identidade e reconhecimento dentro da Polícia Militar. Apesar dos elogios internos à unidade, como o ambiente familiar e a especialização, os policiais do BEPE frequentemente enfrentam a desvalorização e a falta de reconhecimento de outros membros da corporação. A visão estereotipada do BEPE como uma unidade que apenas "baba de torcida" e não realiza o "trabalho de polícia" é um desafio constante. Essa percepção negativa dificulta a valorização da expertise e do trabalho especializado da unidade.

A relação do BEPE com outros atores envolvidos na segurança de eventos esportivos também é complexa. Os policiais do BEPE possuem uma visão positiva da parceria com os stewards, mas reconhecem a falta de autonomia e credibilidade desses profissionais. A relação com as torcidas organizadas é marcada pela vigilância e pelo controle, com o objetivo de prevenir conflitos e garantir a segurança. A percepção dos torcedores sobre o BEPE é variada, com alguns reconhecendo a importância do trabalho da unidade e outros criticando a sua atuação. As autoridades policiais, por sua vez, possuem visões divergentes sobre o papel do BEPE, com alguns valorizando a especialização da unidade e outros questionando a sua necessidade.

#### **4. A Lei 14.597/2023 e a atuação do BEPE**

A Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) revogou o Estatuto do Torcedor, mas manteve a essência dos crimes relacionados ao esporte. A nova legislação incorporou os tipos penais do antigo estatuto, como os crimes contra a incerteza do resultado esportivo e os crimes na relação de consumo em eventos esportivos. No entanto, a Lei Geral do Esporte trouxe algumas novidades, como a ampliação do conceito de "crimes

contra a paz do esporte". Essa ampliação inclui, por exemplo, a invasão de áreas restritas, como o VAR, e a participação em brigas de torcida.

A continuidade normativo-típica é evidente na nova lei, demonstrando a preocupação do legislador em manter a proteção jurídica do esporte e dos torcedores. Ao mesmo tempo, a Lei Geral do Esporte apresenta um caráter mais abrangente, adaptando a legislação esportiva às novas realidades e desafios do mundo contemporâneo. A inclusão de novas condutas ilícitas e a modernização da linguagem jurídica demonstram a intenção do legislador em fortalecer o combate à violência nos estádios e garantir a integridade das competições esportivas.

Ao ampliar o conceito de "crimes contra a paz do esporte" e fortalecer o combate à violência nos estádios, a Lei Geral do Esporte atribui ao BEPE um papel ainda mais relevante na garantia da segurança dos eventos esportivos. A atuação do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios torna-se fundamental para prevenir e reprimir as novas condutas tipificadas como crime, como a invasão de áreas restritas e a participação em brigas de torcida.

A capacitação dos agentes do BEPE para identificar e agir diante dessas novas ameaças é crucial para a efetividade da lei e para a proteção dos torcedores, atletas e demais envolvidos nas competições esportivas. A sinergia entre a nova legislação e a atuação especializada do BEPE contribui para um ambiente mais seguro e harmonioso nos estádios de futebol e em outros eventos esportivos.

A Lei Geral do Esporte, apesar de abrangente, possui limitações quanto ao seu escopo. A lei se concentra em atividades esportivas de natureza predominantemente física, excluindo, portanto, modalidades como poker, xadrez e jogos eletrônicos. Essa delimitação se justifica pela definição de "esporte" presente na lei, que enfatiza a prática física como elemento central.

A autonomia esportiva é o principal bem jurídico protegido pela Lei Geral do Esporte. Essa autonomia garante às organizações esportivas a liberdade para gerir suas atividades sem interferências externas indevidas. A lei busca preservar a integridade das competições, a incerteza dos resultados e a harmonia do sistema esportivo internacional. A autonomia esportiva é um princípio fundamental que limita a atuação do Estado e de outros agentes externos.

Dessa forma, a Lei estabelece um conjunto de normas para garantir a ordem econômica esportiva. A manutenção da integridade das práticas e competições esportivas é um dos pilares da ordem econômica esportiva. Os gestores esportivos são responsáveis por garantir a conformidade com as regras e regulamentos, promovendo a transparência e a ética nas atividades esportivas. A lei busca, dessa forma, proteger a integridade do esporte e combater práticas como a corrupção e a manipulação de resultados.

Ao definir o esporte como atividade física e priorizar a autonomia das organizações esportivas, estabelece um marco normativo para a prática esportiva no Brasil. A lei busca garantir a integridade das competições, a incerteza dos resultados e a harmonia do sistema esportivo internacional, limitando a atuação do Estado e de outros agentes externos. Ao mesmo tempo, a legislação estabelece normas para a ordem econômica esportiva, combatendo práticas como a corrupção e a manipulação de resultados.

Nesse contexto, o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) desempenha um papel fundamental, garantindo a segurança dos eventos esportivos e coibindo atos de violência e vandalismo. A atuação do BEPE é essencial para a efetividade da lei e para a proteção dos atletas, torcedores e demais envolvidos nas atividades esportivas.

A autonomia esportiva, além de ser um bem jurídico fundamental protegido pela Lei Geral do Esporte, transcende as fronteiras nacionais, assumindo caráter internacional. Essa autonomia, que garante às organizações esportivas a liberdade de gestão, é fruto de um movimento global que busca estabelecer regras e padrões comuns para a prática esportiva. A ausência de um tratado internacional específico não diminui a importância desse princípio, que é fundamental para a realização de eventos esportivos internacionais e para evitar que governos utilizem o esporte para fins políticos.

O Brasil, ao incorporar parte do princípio da autonomia esportiva em sua Constituição Federal, demonstra seu alinhamento com a comunidade internacional. Embora a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a autonomia esportiva não tenha sido formalmente ratificada pelo Brasil, o país reconhece a importância desse princípio para o desenvolvimento do esporte e a proteção da

integridade das competições. A autonomia esportiva, portanto, é um bem jurídico transnacional que exige cooperação entre os países para garantir sua efetividade.

A autonomia esportiva é um princípio fundamental que visa proteger a prática esportiva de interferências externas. Ao invés de impor regras internacionais, a autonomia esportiva busca garantir que as entidades esportivas tenham liberdade para gerir suas atividades sem a influência de interesses políticos, econômicos ou mercadológicos. Essa autonomia é essencial para preservar a integridade das competições e garantir um ambiente justo para todos os atletas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou sobre a compatibilidade do Estatuto do Torcedor com o princípio da autonomia esportiva. O STF entende que o Estatuto, embora imponha limites à autonomia das entidades esportivas, não viola direitos e garantias individuais. No entanto, o Poder Executivo, ao vetar partes da Lei Geral do Esporte, apresentou uma visão contraditória, defendendo a autonomia do Estado para regular o esporte, mesmo que isso limite a liberdade das entidades esportivas.

O Brasil, ao adotar o princípio da autonomia esportiva, busca garantir a liberdade das entidades esportivas para gerir suas atividades sem interferências externas indevidas. Essa autonomia, reconhecida internacionalmente, é fundamental para preservar a integridade das competições e garantir um ambiente justo para todos os atletas. O Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou sobre a compatibilidade do Estatuto do Torcedor com esse princípio, reconhecendo a importância da autonomia, mas estabelecendo limites para sua aplicação.

Assim, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a autonomia, a Lei 14.597/2023 apresenta contradições ao defender a interferência estatal em algumas áreas. Nesse contexto, o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) desempenha um papel crucial, garantindo a segurança dos eventos esportivos e coibindo atos de violência que possam comprometer a autonomia das entidades esportivas e a integridade das competições. A atuação do BEPE, portanto, deve ser alinhada com os princípios da autonomia esportiva, buscando um equilíbrio entre a segurança e a liberdade das entidades esportivas.

A Lei Geral do Esporte estabelece regras específicas para a ação penal nos crimes relacionados ao esporte. Em geral, a ação penal é pública incondicionada, ou seja, o Ministério Público pode iniciar a ação penal sem a necessidade de representação da vítima. No entanto, há exceções, como nos crimes contra a propriedade intelectual das organizações esportivas, que exigem representação da entidade lesada. Essa diferenciação na natureza da ação penal apresenta algumas contradições e inconsistências, como a tipificação de crimes de menor potencial ofensivo como de ação penal pública incondicionada.

A Lei Geral do Esporte reconhece a importância da ordem econômica esportiva e seu relevante interesse social. No entanto, a lei estabelece a ação penal condicionada para alguns crimes contra a ordem econômica esportiva, o que parece contraditório. Essa divergência entre a natureza jurídica do crime e a ação penal escolhida demonstra a necessidade de uma análise mais aprofundada da legislação e de suas implicações para a proteção do esporte e dos atletas.

O BEPE desempenha um papel crucial na garantia da segurança em eventos esportivos, atuando para prevenir e reprimir atos de violência e vandalismo. A atuação do BEPE deve ser conciliada com o princípio da autonomia esportiva, evitando interferências indevidas nas atividades das organizações esportivas. A lei deve estabelecer diretrizes claras para a atuação das forças de segurança em eventos esportivos, garantindo a segurança sem comprometer a liberdade de expressão e o direito de manifestação dos torcedores.

A Lei Geral do Esporte inclui uma série de crimes relacionados à prática esportiva, com foco na proteção da ordem econômica esportiva e da paz nos estádios. Um dos pontos relevantes é a exigência de representação da organização esportiva lesada para a persecução penal de determinados crimes, como aqueles contra a ordem econômica. Essa exigência, embora possa parecer contraintuitiva em crimes que também afetam outros bens jurídicos, demonstra a importância da autonomia das entidades esportivas.

A Legislação contempla a possibilidade de concurso de crimes, ou seja, quando um mesmo fato configura mais de um crime. Por exemplo, um ato de violência em um evento esportivo pode configurar tanto o crime de perturbação da paz como o crime de

lesão corporal. Nesse caso, o agente responderá por ambos os crimes. Essa previsão é importante para garantir a punição adequada de todas as condutas criminosas praticadas.

Estabelecendo um marco legal para a prática esportiva no Brasil, apresenta um conjunto de normas que buscam proteger a ordem econômica esportiva e a paz nos estádios. A lei prevê diversos tipos penais, como os crimes contra a ordem econômica e a integridade das competições, estabelecendo, em alguns casos, a necessidade de representação da organização esportiva lesada para a persecução penal. Essa exigência, embora controversa, demonstra a importância da autonomia das entidades esportivas.

A Lei também prevê a possibilidade de concurso de crimes, permitindo a punição de todas as condutas criminosas praticadas em um mesmo evento. O Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), por sua vez, desempenha um papel fundamental na garantia da segurança dos eventos esportivos, atuando de forma integrada com as normas legais e respeitando a autonomia das entidades esportivas. A atuação do BEPE é essencial para coibir atos de violência e vandalismo, contribuindo para um ambiente mais seguro e harmonioso nos estádios e demais espaços esportivos.

A Lei dispõe que agravantes para determinadas situações, como o racismo e a violência contra a mulher. No caso de crimes praticados em eventos esportivos, a pena será dobrada se houver envolvimento de racismo ou se a vítima for uma mulher. É importante destacar que o racismo praticado em eventos esportivos pode ser tipificado tanto pela Lei Geral do Esporte quanto pela Lei do Racismo, sendo necessário analisar cada caso concreto para verificar a aplicação da legislação mais adequada. Em relação à violência contra a mulher, a lei parece se referir a situações além daquelas previstas na Lei Maria da Penha, mas uma interpretação mais ampla poderia incluir travestis e transexuais.

Em resumo, a Lei Geral traz um conjunto de normas para proteger a integridade do esporte e punir aqueles que praticam atos de violência, discriminação e outras condutas ilícitas em eventos esportivos. A lei prevê a possibilidade de concurso de crimes, a aplicação de agravantes em casos de racismo e violência contra a mulher, e a importância da representação das organizações esportivas na persecução penal.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no futebol, como demonstrado neste estudo, é um fenômeno multifacetado, enraizado em complexas dinâmicas sociais, culturais e psicológicas. As raízes desse problema se estendem além do próprio esporte, refletindo as desigualdades sociais, a busca por identidade e a expressão de conflitos. A compreensão integral dessa problemática exige uma abordagem interdisciplinar, que leve em consideração fatores históricos, sociológicos, psicológicos e políticos. A superação desse desafio demanda a cooperação de diversos atores sociais, como clubes, torcidas organizadas, poder público, mídia e sociedade civil, com o objetivo de construir um ambiente mais seguro e pacífico nos estádios.

A violência no futebol é um problema que persiste há décadas e exige ações coordenadas e eficazes para ser combatido. A análise apresentada neste trabalho evidencia a necessidade de uma abordagem multidisciplinar, que envolva não apenas medidas repressivas, mas também ações preventivas e educativas. A promoção do diálogo entre as torcidas, a criação de programas de conscientização e a implementação de políticas públicas que visem à inclusão social são fundamentais para transformar a cultura do futebol e construir um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os torcedores. A construção de um futuro mais pacífico nos estádios depende do compromisso de todos os envolvidos em transformar o futebol em um esporte que una e não divida.

A análise da literatura sobre a polícia e sua atuação em eventos esportivos revela a complexidade e a importância desse tema para a sociedade. A relação entre a polícia e a sociedade é moldada por diversos fatores históricos, sociais e culturais, e a violência nos estádios é apenas um dos reflexos dessa dinâmica. É fundamental que haja um diálogo constante entre a polícia, as torcidas organizadas, os clubes, os poderes públicos e a sociedade civil para a construção de soluções mais eficazes e duradouras. A reforma das instituições policiais, com foco na profissionalização, na transparência e na

responsabilização, é essencial para garantir a segurança dos cidadãos e a promoção dos direitos humanos.

A pesquisa sobre a polícia e sua atuação em eventos esportivos é fundamental para a construção de políticas públicas mais eficazes e para a promoção de um ambiente mais seguro e democrático. Ao analisar as práticas policiais, as relações entre a polícia e a sociedade e os impactos da violência nos estádios, os pesquisadores podem contribuir para a identificação de problemas, a proposição de soluções e a formulação de políticas públicas mais adequadas. A promoção da pesquisa acadêmica e a valorização do conhecimento científico são essenciais para o desenvolvimento de um debate público mais informado e qualificado sobre a segurança pública.

## **REFERÊNCIAS**

AMARAL, S. et al. **A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 29, n. 2, p. 637-660, 2013.

BAYLEY, D. **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BERNARDES, G. L. **Análise do emprego da Polícia Militar de Minas Gerais em eventos abertos ao público acessíveis por compra de ingresso sob o enfoque do interesse público**. 2016

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05/8/24.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.795**, de 16 de março de 2009. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6795.htm)>. Acesso em: 05/8/24.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.671.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm)>. Acesso em: 05/8/24.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.663**, de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003, e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm)>. Acesso em 05/8/24.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 12.299**, DE 27 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003; e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm#art4](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm#art4)>. Acesso em: 05/8/24.

BRETAS, M. L. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1997.

BUFORD, B. **Entre vândalos: a multidão e a sedução da violência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTRO, D. G. et al. **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Letra Capital Editora, 2015.

CERQUEIRA, C. M. N. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**; textos de Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Instituto Carioca de Criminologia. Editora Freitas Bastos. Rio de Janeiro, 2001.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Editora da Universidade/IFCH, 2002.

DE TOLEDO, L. H. **Torcidas organizadas de futebol**. Autores Associados, 1996.

HOLLOWAY, T. H.; DE CASTRO AZEVEDO, F. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LEAL, A. B.; PEREIRA, Í.; MUNTEAL, O. **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

MASCARENHAS, G. **Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

MINAYO, M. C. S.; et. al. **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, p. 2199-2209, 2011.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**, Ed. USP, Sao Paulo, 2003.

MONTEIRO, R. A. **“Torcer, Lutar Ao Inimigo Massacrar: Raça Rubro Negra!!”: Uma Etnografia sobre Futebol, Masculinidade e Violência**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UERJ. 2001.

MOURA, G. A. **O Rio corre para o Maracanã**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MURAD, M. **A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas**. 2ª ed. São Paulo: Benvirá. 2017.

MUSUMECI, L. et al. **Ser policial de UPP: aproximações e resistências**. Boletim segurança e cidadania, v. 14, p. 1-28, 2013.

NASCIMENTO, C.; BARRETO, T. V. **'Habitus' dos torcedores brasileiros e adoção do 'padrão FIFA' nos estádios da Copa do Mundo de futebol 2014**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 19, 2013.

PMERJ. **Saiba mais sobre o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios**.

Disponível em:

<<http://www.pmerj.rj.gov.br/2015/10/saiba-mais-sobre-o-grupamento-especial-de-policiamento-em-estadios/>> . Acesso em: 07/8/24.

REIS, H. H. B. **Futebol e sociedade: as manifestações da torcida**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física, UNICAMP. 1998.

RIO DE JANEIRO. **DISPÕE SOBRE A COMPETÊNCIA E A ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PMERJ) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**. Disponível em:

<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/5f26f86a751527ae032569ba00834b5f/35f5998f600092f403256b370048c4d1?OpenDocument>>. Acesso em: 11/8/24.